

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Reflexões Sobre o Ensino de Ciências a Partir do Currículo da Educação Básica para as Escolas do Campo

Reflections on Science Education Based on the Basic Education Curriculum for Rural Schools

Reflexiones Sobre la Enseñanza de las Ciencias a Partir del Currículo de la Educación Básica para las Escuelas Rurales



Gessica Macêdo da Silva

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Aracajú, Brasil
gessycamacedo1@gmail.com



Erivanildo Lopes da Silva

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Aracajú, Brasil
erivanildolopes@gmail.com

Resumo: O ensino de Ciências, sobretudo no contexto das escolas do campo, precisa ser pensado a partir de uma perspectiva na ampliação do currículo que atenda as especificidades dos sujeitos que vivem no campo. Desse modo, a Educação do Campo é entendida como o lugar em que se produz o conhecimento a partir da relação direta com a cultura que os indivíduos constituem entre si e com o meio onde convivem. Nessa perspectiva, pretende-se discutir e analisar de que maneira o currículo escolar aborda as questões relacionadas às demandas da educação do campo, através de uma análise realizada em artigos e teses que abordam essa temática. Para isso, realizamos uma

revisão bibliográfica. Tais resultados apontam a necessidade de uma ampliação no currículo pensado para o campo que integre e valorize a cultura e os saberes contidos dentro desse contexto.

Palavras-chave: Currículo. Educação do Campo. Ensino de Ciências.

Abstract: Science education, especially in the context of rural schools, needs to be considered from a perspective that expands the curriculum to address the specificities of those living in rural areas. Thus, Rural Education is understood as a place where knowledge is produced through a direct relationship with the culture that individuals build among themselves and with their environment. From this perspective, this study aims to discuss and analyze how the school curriculum addresses issues related to the demands of rural education through an analysis of articles and theses that discuss this topic. For this, a bibliographic review was conducted. The results highlight the need for a curriculum expansion that integrates and values the culture and knowledge present within this context.

Key words: Curriculum. Rural Education. Science Education.

Resumen: La enseñanza de las Ciencias, especialmente en el contexto de las escuelas rurales, necesita pensarse desde una perspectiva de ampliación del currículo que atienda las especificidades de quienes viven en áreas rurales. De este modo, la Educación Rural se entiende como un lugar donde se produce conocimiento a partir de la relación directa con la cultura que los individuos construyen entre sí y con el entorno en el que conviven. En esta perspectiva, se pretende discutir y analizar de qué manera el currículo escolar aborda las cuestiones relacionadas con las demandas de la educación rural, a través de un análisis realizado en artículos y tesis que abordan esta temática. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica. Estos resultados señalan la necesidad de una ampliación del

currículo pensado para el campo que integre y valore la cultura y los saberes presentes en este contexto.

Palabras clave: Currículo. Educación Rural. Enseñanza de las Ciencias.

Data de submissão: 30/08/2024

Data de aprovação: 11/12/2024

Introdução

A construção desse trabalho surgiu da necessidade de realizar um estudo na literatura acadêmica sobre significados de “ensinar ciências para crianças e jovens do campo”, sob um recorte para uma pesquisa em nível de mestrado. A destacar que a temática foi suscitada a partir de nossas inquietações relativas ao papel do professor de Ciências nas séries iniciais de uma escola do campo, sobretudo da preocupação com as discussões das políticas de inclusão social das minorias residentes no campo. A primeira autora deste artigo, atuando como professora do campo, percebeu que os sujeitos que vivem nesse contexto carecem de políticas públicas que garantam a expansão da educação do campo, uma vez que, a luta dos trabalhadores camponeses por uma educação de equidade é necessária e “justa”. Sobre essas atitudes, apresentou-se um currículo que leve a pensar e refletir como um documento identificador da Educação do Campo.

Quando se discute Educação do Campo é provável pensar em um espaço demarcado por lutas no campo como fruto das reivindicações e de anseios pautados pelos movimentos sociais “camponeses” entendidos como meios de resistência, tornando-se um espaço de luta pela terra e por busca de condições de uma vida melhor. Assim, quando se trata de Educação do Campo, é importante pensar em

uma educação que seja voltada para as populações locais que, ocupam, produzem e coexistem nesse contexto (Zeferino, 2014).

Nesse sentido, é importante considerar um ensino que seja voltado para atender aos trabalhadores que ali vivem, sejam adultos, crianças, jovens e adolescentes, que possam proporcionar-lhes a permanência na escola. Na perspectiva de uma instituição de ensino que possa representar e respeitar a cultura do campo para uma atuação em uma sociedade que seja menos desigual, encarando as transformações na estrutura social, sobretudo em superar a esfera que explora, que desqualifica e que exclui, aquela que corresponde ao tipo ideal da sociedade urbana hegemônica (Costa; Batista, 2021).

Ao discorrermos sobre a Educação do Campo, estamos lidando com a construção de sujeitos cognoscentes, indivíduos capazes não apenas de realizar suas atividades cotidianas, mas também de superar obstáculos peculiares à sua realidade. Esses sujeitos merecem serem tratados com respeito e reconhecimento no meio social em que estamos inseridos. É crucial encarar o campo como um espaço de inclusão, como um ambiente propício para refletir o processo de ensino e aprendizagem específico dos sujeitos que nele habitam.

Neste trabalho, considerando um estudo teórico, partimos do entendimento de pensar em escolas do campo

com propostas que se baseiam na discussão de elementos que possibilitem reconhecer a necessidade de atendimento às especificidades do meio rural, subsidiando a compreensão de como o espaço pode ser compartilhado por diferentes indivíduos. É importante destacar que o currículo, entendido como o eixo norteador do processo de ensino das escolas, está voltado a noções e conceitos da realidade da escola urbana, haja vista que esse modelo de documento serve de referência exclusiva para o trabalho desenvolvido nas escolas do campo. Diante disso, ressaltamos a necessidade de as instituições de ensino formal do campo apresentarem os contextos de suas realidades locais em seus conteúdos e livros didáticos adequados à Educação do Campo. Para tanto, é necessário repensar o currículo destinado ao ensino de ciências nas escolas campesinas.

Nesse panorama, o currículo tem se mostrado capaz de “produzir rotinas, aprisionar as forças, dividir e desanimar” (Paraíso, 2015, p. 50). A autora destaca como as formas de um currículo podem nos prender. Sob essa ótica, é essencial considerar alternativas que nos libertem das amarras existentes no currículo, buscando novas maneiras de ver e entender o que esse documento nos propõe a seguir. É possível ressignificar nossas práticas e ações em face do que o currículo nos coloca.

Para tanto, a forma como o currículo se apresenta aumenta os processos de desigualdade e modos de subjetivação. E esse, quando trabalhado em áreas rurais, abre espaço para a exclusão e negação dos conhecimentos advindos dessa realidade local. Assim, esse tipo de currículo acaba (des)considerando as diferenças dos sujeitos do campo e silenciando as distintas identidades.

Nesta perspectiva, o ensino de ciências, sobretudo no contexto das escolas do campo, precisa ser pensado para a construção de um trabalho que vá além das ideias e conceitos científicos. Pensamos ser necessário que a escola ofereça subsídios para que a sua cultura seja conhecida por seus discentes. Uma vez que, o que se busca é a formação de seres que sejam capazes de pensar criticamente acerca dos fenômenos do mundo. Há que se compreender que a sala de aula, por se caracterizar como um ambiente onde a construção do conhecimento acontece, formará educandos pesquisadores, críticos e conscientes da sua realidade, incentivando-os na busca pelo conhecimento científico.

Quando falamos do ensino de ciências nas escolas do campo é precisamente almejar uma perspectiva de ensino que busque a articulação com as diversas realidades que o campo apresenta. Incluindo assim, a cultura do conhecimento científico introjetada a partir dos conhecimentos que os sujeitos do campo podem apresentar. Na busca de convergências para um ensino

articulado com a ciência e tecnologia, a incorporação da cultura científica dentro do ambiente campesino evidencia a valorização dos saberes e cultura dos povos do campo. Assim, para articular os conteúdos curriculares à resolução de situações-problema envolvendo a realidade do campo, é necessário que o discente do campo entenda o momento social, histórico e cultural no qual está inserido (Costa; Aikawa; Cunha, 2014).

Desse modo, o ensino de ciências nas escolas brasileiras de ensino formal se encaminha para a construção do saber pensar, saber argumentar com fundamento, conhecer com perspicácia e saber ser crítico, prospectando um agir consciente diante do desenvolvimento de pesquisa no meio rural em busca de produções científicas incentivadores do processo de desenvolvimento do conhecimento dos sujeitos que vivem no campo (Costa; Aikawa; Cunha, 2014).

Portanto, a questão central posta em discussão nesse estudo teórico trata-se de como se caracteriza o currículo voltado para a Educação do Campo e como isso remete a uma reflexão acerca de como é possível articular os saberes da cultura da população campesina, aos conteúdos curriculares do âmbito do ensino de Ciências de forma que atenda as especificidades dos sujeitos. Diante do exposto, nos propomos a discutir de que maneira o currículo escolar aborda as questões relacionadas às demandas da educação

do campo no ensino de ciências elencando os saberes culturais.

Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica, o estudo está ancorado a partir dos pressupostos teóricos de Arroyo, Caldart e Molina (2006), Caldart (2002; 2004; 2008; 2010), Melo (2011) entre outros. A escolha desses autores se estabeleceu acerca da importância de discutir e analisar de que forma o currículo escolar no Ensino de Ciências aborda as questões relacionadas às demandas da Educação do Campo, mostrando conceitos e possibilidades de (re)construir o currículo, assim como refletir sobre a construção do ensino e aprendizagem dentro desse contexto.

O Ensino de Ciências no Contexto da Educação do Campo

Parte dos estudos no âmbito do ensino de ciências, do qual se lança os olhares sobre o currículo escolar nas escolas do campo, refere que o ensino de ciências não só deve ser concebido apenas para a formação de cientistas, mas também pensar na construção de um currículo que atenda às necessidades dos sujeitos que vivem dentro desses espaços. Aulas que favoreçam aos indivíduos a capacidade de formular hipóteses e conceber conceitos, organizando-os para explicar os fenômenos investigativos,

além de serem críticos e reflexivos para atuarem em sociedade.

Assim, o ensino de ciências pensado para escolas do campo, partindo do princípio da utilização da cultura científica, precisa ser entendido como uma linguagem a ser compreendida e/ou construída pelo ser humano para explicar o mundo natural e, para isso, precisa ser inteligível para as pessoas que compõem esse mundo. Por conseguinte, a ciência trata da produção do conhecimento humano, sistematizado, com uma estrutura interna e linguagem própria, na qual a natureza é estudada e compreendida (Chassot, 2003). Dessa forma, ser alfabetizado cientificamente é saber fazer uma leitura crítica dos acontecimentos que circundam a vida, fazendo com que o indivíduo compreenda a sociedade de forma mais crítica (Sasseron; Carvalho, 2011).

Dentro da perspectiva de **alfabetização científica** (AC) é necessário um ensino de ciência que possibilite aos discentes trabalhar com situações cotidianas para se chegar ao conhecimento científico e não mais ensinando uma ciência “neutra, “pronta” e “acabada” onde não existe espaço para a discussão acerca desses fenômenos que os leve a ter acesso aos problemas reais que aflige o mundo (Sasseron; Carvalho, 2007).

Igualmente, é necessário a partir daquela perspectiva um ensino que permita aos estudantes ativos no

desenvolvimento das suas aprendizagens, proporcionando-lhes momentos de interação dentro e fora do contexto educacional. De tal forma que quando falamos de AC, obviamente, pensamos na construção de seres que sejam capazes de atuar criticamente na sociedade, sobretudo os sujeitos que vivem no campo, por se constituírem como indivíduos cujas culturas foram silenciadas por muito tempo, não os dando lugar para atuarem como protagonistas no processo de construção de sua aprendizagem.

A partir das perspectivas sobre o Ensino de Ciências, direcionamos nossos olhares em relação ao currículo escolar da Educação do Campo da Educação Básica. Afinal, esse tipo de educação vive uma realidade que necessita da implementação de políticas públicas que assegurem o direito à permanência no lugar que estão e a busca por projetos educacionais que proporcionem um ensino de equidade com saberes advindos do campo, mesmo, que na maioria das vezes, esses espaços sejam vistos como lugar de atraso.

Dessa forma, precisamos romper com a dicotomia de que a escola do campo é o lugar de reprodução do conhecimento. Entendemos que a escola do campo, é o lugar de construção de saberes. Poderíamos também afirmar que a Educação do Campo é uma educação elaborada pelos trabalhadores que coabitam esse ambiente

espacial bem definido, marcado por lutas para a permanência nesse território através dos movimentos sociais populares, com a finalidade de estabelecer uma educação que atenda as demandas voltadas a esse contexto. Nesse sentido, Roseli Salete Caldart apresenta um conceito de escola do campo nos seguintes termos:

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (Caldart 2004, p. 110)

Assim, os movimentos sociais instigam debates acerca da permanência no campo e, a partir disso, busca compreender que a escola do campo é abarcada como um lugar em que se produz o conhecimento por meio da relação direta com a cultura que os indivíduos estabelecem entre si e com o meio onde convivem. Desse modo, esses sujeitos necessitam de uma educação que possibilite atender suas necessidades, sobretudo, no sentido amplo de processo de formação humana, visando uma humanidade mais plena e feliz (Fernandes, 2004).

Nesse sentido, Pages (2011), ressalta a necessidade por uma educação que atenda às necessidades desse contexto; resgate as analogias com o campo e que venha de encontro aos interesses socioculturais, econômicos, da população que residem em meio a esse cenário.

Ao discutir sobre Educação do Campo, destaca-se uma educação que se volta ao conjunto de trabalhadores(a) do campo, sejam eles “camponeses”, “quilombolas”, “assentados”, “ribeirinhos”, “lavradores”, entre outras várias denominações relacionadas ao trabalho no campo. Nestes locais, existe uma diversidade cultural e histórica que possui como traços comuns a luta pela desigualdade social.

Dentro desse contexto, cria-se, um imaginário de que para viver no campo não há necessidade de extensos conhecimentos socializados pela escola. A concepção de Educação Rural antes estabelecida considera que, para os trabalhadores que coabitam em meio ao campesinato, não lhes é importante a formação escolar oferecida às “elites rurais”. Assim, acaba não trazendo estranheza a desigualdade social por imaginar que os sujeitos residentes no campo não necessitam de conhecimentos sistematizados e estruturantes à luz do currículo ofertado.

Desse modo, é dado aos sujeitos residentes no campo a liberdade de escolha para quererem lutar por seus direitos através dos movimentos sociais e, assim, quebrar paradigmas existentes impostos pelos modelos elitistas, que não dão ao sujeito do campo a oportunidade de se tornar protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse viés, o ensino ofertado em escolas do campo carrega consigo, características de uma educação considerada como sendo mais frágil quando comparado ao

ensino urbano. Portanto, um dos maiores desafios que a escola do campo apresenta, está em superar a relação dicotômica entre o paradigma binário urbano-campo. Contudo, refletir a educação na escola do campo é pensar em um ensino que integre a cultura e os saberes locais dentro do contexto educacional.

Diante, da discussão avançada, Arroyo, Caldart e Molina (2008), estudiosos da educação básica, abordam a escola do campo como um lugar propício para o desenvolvimento do conhecimento, valores, saberes, cultura e identidade dos sujeitos que vivem naqueles espaços. Não como forma de pressioná-los, mas dando-lhes novas oportunidades ao mundo desde sua vivência no campo.

Isso não significa proferir que esse tipo de instituição de ensino adote práticas puramente agrícolas e nem que o ensino seja voltado exclusivamente para o uso do livro didático. É necessário pensar em materiais alternativos para se inserir os saberes predominantes no campo, haja vista que o currículo construído que atende as escolas do campo está voltado a noções e conceitos da realidade da escola urbana, documento pelo qual estabelece que a escola seja veículo de identidades culturais. Assim, para evitar a adoção de práticas exclusivas de uma escola urbana, é necessário que o currículo trabalhado nas escolas do campo incorpore elementos da diversidade cultural e os múltiplos saberes dos professores e professoras, que também são e vivem no

campo, mas que muitas vezes não percebem essa singularidade.

Assim, ao trabalhar na perspectiva de um currículo que segue práticas exclusivamente urbanas nas escolas do campo, ou até mesmo ao inserir docentes carregados de conceitos e cultura urbanas nas escolas que se localizam nesse contexto, tende-se a utilizar práticas educacionais que irá desfavorecer e negar os saberes existentes no campo. E para evitar isso, enfatizamos a importância da formação continuada. Esses encontros formativos devem ser contínuos por profissionais que atuam nas coordenações da educação do campo e que possuem um conhecimento sobre a temática em discussão. Essas formações traçarão o caminho para a educação na prática e a contextualização do saber, adotando os princípios de reflexão-ação-reflexão, materializando o saber a partir da realidade local (Lima, 2023).

Dessa forma, entendemos que, por meio do ensino ofertado nas escolas do campo, é possível desempenhar um trabalho voltado à realidade dos discentes, envolvendo a participação da família na socialização de saberes. Corroborando com Zeferino (2014), deve-se pensar o mundo a partir do lugar onde vivemos. Assim, construímos nossas identidades, consolidamos e desenvolvemos nossa cultura. Vale pontuar que enaltecer e conservar os saberes locais, a partir da educação, seria um dos pontos

importantes para a defesa desse território possibilitando a produção e reprodução da vida.

É de salutar que a concepção que se tem de Educação do Campo no Brasil é desafiante e merecedora de atenção, pois remete-nos a problemas que surgem da realidade socioeconômica que influencia diretamente na educação ofertada aos povos que residem no campo. Analisaram-se as concepções de Caldart que apresenta Educação do Campo como:

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (Caldart 2002, p. 26)

Quando pensamos no contexto campestino e a luta desses povos por políticas públicas que garantam a universalização de uma educação de equidade, a escola busca alcançar objetivos de realizar uma educação que atenda às necessidades desses povos. Por meio de licenciaturas específicas para esse público; um plano de ação que apresente as particularidades e as singularidades dos sujeitos campestinos; com uma visão que possa estimulá-los acerca do aprender fazendo, organizando o presente com o olhar para o futuro. A exemplo disso, a escola utiliza o método de história de vida, histórias estas

que são contadas pelos alunos a partir de suas realidades, valorizando suas culturas e saberes locais.

O campo pode ser um lugar que possibilita a construção de sujeitos que sejam capazes de desenvolverem uma maior conscientização dos seus papéis sociais como indivíduos que possuem (ou deveriam possuir) direitos iguais aos demais grupos sociais. Nesse contexto, é importante pensar uma educação que abarque as diferenças e identidades dos indivíduos camponeses. Essa perspectiva corrobora para que essa modalidade de ensino se volte para atender as diversidades existentes.

Diante do exposto, poderia se dizer que a educação voltada para esses diferentes grupos apresenta especificidades que precisam ser respeitadas e incorporadas as políticas públicas e aos projetos pedagógicos das instituições de ensino que fazem parte desse contexto. O campo e o urbano são vistos como dois pólos com características que não se anulam nem se isolam, mas se conectam. Considerando a diversidade cultural desse contexto, Melo (2011) defendeu que cada um desses coletivos possui formas específicas de interação com o ambiente natural e social, além de serem responsáveis pela construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura.

Nesse sentido, o que pretendemos é chegar a uma educação escolar do campo pautada em direitos iguais. Não só seja algo isolado ou alheio à luta pelo direito à vida, pela

democratização e permanência no campo, mas uma escola que demande de uma educação escolar e atenda as dimensões da vida, da produção e da existência no campo.

Ao reportamos ao paradigma da Educação do Campo, percebemos que a discussão que prima esse contexto emergiu a partir da mobilização dos movimentos sociais em sua busca por políticas educacionais voltadas para is indivíduos que habitam as comunidades camponesas (Caldart, 2008). Tal movimentação levava a um posicionamento político focado não apenas em discutir sobre projetos educacionais, mas, sobretudo, em confrontar projetos voltados a atender as necessidades do campo.

Em consonância com as diretrizes operacionais, as escolas do campo levam em conta este princípio: a identidade desse tipo de instituição de ensino é defendida por sua vinculação às questões pertencentes à sua realidade e os saberes próprios dos discentes constituídos ao longo de suas vivências, juntamente com a construção de uma memória coletiva que viabiliza futuros, na rede de ciências e tecnologia acessível para a sociedade e para os movimentos sociais (Brasil, 2002).

As escolas que se constituem no campo possuem características peculiares que as diferenciam das demais, por se localizarem em meio às áreas rurais. Esse tipo de escola proporciona uma maior proximidade dos docentes com seus discentes, favorecendo o vínculo com a realidade

da comunidade em que estão inseridas. Tal proximidade pode possibilitar a construção de laços afetivos, culturais e políticos além de um fortalecimento na relação professor e aluno bem como entre escola e comunidade. Configurando, assim, um dos princípios centrais da Educação do Campo.

Todas as lutas e reivindicações vividas pelos povos que habitam o campo ressaltam a importância de construir um ensino pautado em valores. O que endossa a ideia de que, não é necessário sair do campo para estudar, mas sim, estudar para viver e fortalecer a vida no campo, permitindo, assim, reafirmar o campesinato como um espaço capaz de reconhecer e legitimar as lutas que emergem desse contexto.

Partindo desse pressuposto, entendemos que o estilo de vida do campo vista a partir da educação utilizada hoje por instituições que compõe essa realidade, pelos ditames do currículo caracterizador de identidade, carrega elementos urbanos praticado no campo. Dessa forma, as escolas do campo deveriam apresentar elementos da vida do campo em seus conteúdos, embora o que se observe são práticas voltadas a escola urbana.

A Educação do Campo surge das reivindicações e lutas acerca da permanência no campo por uma educação justa para os sujeitos que habitam nesse território. Assim sendo, os discursos sobre a Educação do Campo, se voltam principalmente, para as sugestões de adequações

curriculares ao contexto campesino. Nesse cenário, ressaltase a necessidade de ampliar o currículo no âmbito do ensino de Ciências adaptado à realidade da Educação do Campo, como será abordado na seção a seguir.

Um Currículo que Seja Ampliado para a Educação do Campo

Ao longo de toda sessão anterior, ressaltamos a importância de refletirmos sobre algumas possibilidades para a melhoria da escola do campo, e em quais elementos este modelo de ensino deve se configurar. Partindo desse ponto de vista, pensamos ser necessário mostrar possibilidades de como poderia ser ampliado o currículo que atenda de modo geral as especificidades dos sujeitos que vivem nesse contexto.

Quando falamos em Educação do Campo, é comum associá-la a um ambiente que, embora frágil, possui características próprias que precisam ser valorizadas. Nesse contexto, é imprescindível considerar os saberes culturais que os sujeitos apresentam e integrá-los ao conhecimento científico, constantemente discutido e repassados pelos docentes.

Para tanto, pensar na ampliação de um currículo que atenda às necessidades das escolas do campo implica reconhecer a importância de criar uma Licenciatura que

esteja pautada nos princípios que constituem a Educação do Campo. Essa formação deve promover uma estreita relação entre educação e processos de desenvolvimento comunitário, preparando educadores que atuam ou que pretendem atuar em escolas do campo (Cadart, 2011).

Conforme salientado por Caldart (2011), a Licenciatura em Educação do Campo “pretende habilitar os professores para a docência multidisciplinar em um currículo organizado por áreas do conhecimento” (p. 3). Assim, indo de encontro ao que diz a autora, um currículo para atender as demandas do campo deveria proporcionar em sua estrutura os seguintes elementos:

(1) Docência multidisciplinar em uma das áreas de conhecimento propostas pelo curso: Linguagens, Artes e Literatura; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Agrárias. (2) Gestão de processos educativos escolares, entendida como formação para a educação dos sujeitos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, para a construção do projeto político-pedagógico e para a organização do trabalho escolar e pedagógico nas escolas do campo. (3) Atuação pedagógica nas comunidades rurais, o que significa uma preparação específica para o trabalho pedagógico com as famílias e ou grupos sociais de origem dos estudantes, para liderança de equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável. (Caldart, 2010, p. 03)

É manifesto que o currículo escolar voltado à educação do campo deveria desempenhar uma prática sociocultural de conteúdos, consistindo na valorização de culturas e saberes locais a partir das vivências refletidas na escola do

campo, materializando a vida cotidiana do educando no currículo, com adequação dos conteúdos universais prescritos pelo modelo de currículo urbano e a incorporação do modo de vida campesina na parte diversificada.

Nossa preocupação em relação a ampliação de um currículo que atenda as demandas educacionais do campo se constitui devido a criação de um documento centrado em conceitos urbanos sendo aplicado nas escolas do campo. Acreditamos que um currículo que se baseia apenas em elementos eurocêntricos limita a exploração do conhecimento que o campo possibilita, que podem ser considerados elementos essenciais dentro do contexto educacional. Desse modo, salientamos que esses conhecimentos podem ser repassados mediante valorização das práticas agrícolas tradicionais que são repassadas de geração em geração e ajustadas às condições locais, bem como o conhecimento sobre a produção, preparo e cuidado dos alimentos típicos daquela determinada região, mantendo viva a identidade cultural.

Partindo do pressuposto que o currículo utilizado nas escolas do campo está centrado em práticas voltadas ao contexto urbano, salientamos a importância de olhar esse documento como um dispositivo que pode possibilitar um diálogo entre o conhecimento escolar e as possibilidades existentes no meio social no qual a escola está situada.

Vale ressaltar, que o currículo pensado para atender esse contexto deve estar sempre em diálogo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, propostas pelo Conselho Nacional de Educação do Brasil, que orientam a construção de práticas educativas contextualizadas e apropriadas às singularidades da população do campo (Brasil, 2002).

Está totalmente descartada a intenção de excluir o currículo já existente. Porém, poderíamos pensar em possibilidades que promovam uma reflexão sobre o currículo como um documento que caracteriza a educação do campo. Na acepção de Melo (2011), o currículo que a escola do campo possui é um documento minimizado, restrito, carregado de conceitos urbanos que acaba desconsiderando a realidade da vida dos povos do campo com percepções e visões distorcidas o que acaba destituindo a identidade dos sujeitos do campo. Em tese, isso ocorre devido as condições proporcionadas a esses sujeitos e ao sistema educacional implantado. Não considera os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, resultando em uma desigualdade social para os sujeitos que ocupam esses espaços.

As discussões ocorridas neste trabalho buscaram evidenciar a (des)caracterização do currículo da educação básica, especialmente para a modalidade da Educação do Campo que não visa atender as particularidades existentes

nesse contexto, e obstrui o local, como se fosse um ensino das ciências pensado a partir da escola urbana para o campo. Assim, estamos cientes de que os autores do presente currículo de educação para o campo sejam especialistas integrados às diferentes equipes multissetoriais e com diversidade de treinamentos, pelo que nossa constatação e abordagem não é de todo tão original, nem seria nossa pretensão. O que pretendemos é expor que um currículo voltado aos sujeitos da cidade pode não ser funcional para escolas do campo, em face da (des)caracterização das realidades.

Essa situação nos leva a perceber que as culturas e os saberes locais desses povos são deixados de lado, por trabalhar com uma realidade que foge totalmente de suas vivências, ocasionando um afastamento por parte desses sujeitos (Santos, 2015). Isso estabelece uma abordagem de certo modo problemática, uma vez que as escolas do campo deveriam apresentar em seus conteúdos contextos referentes à realidade local.

Nesse contexto, ressalta-se ser fundamental que as questões curriculares propostas para o campesinato incorporem os saberes do campo, preparando o sujeito para a produção, para o trabalho e para a emancipação, visando sua integridade como seres humanos. É essencial que a escola construa sua própria identidade, para que, ao analisar a sua proposta pedagógica, tome em consideração

o homem do campo refletido nela. Para isso, é importante que a escola esteja mais próxima da realidade em que está inserida.

Assim, quando abordamos a necessidade de ampliar e/ou (re)construir o currículo para escolas do campo, é com o objetivo de garantir que este documento atenda em igual eficácia a população do campo e que valorizem os aspectos relacionados a este tipo de ensino. Para ampliar um currículo sob a ótica do campo, é importante discutir que esse documento deve considerar as características socioculturais, econômicas e ambientais das comunidades camponesas, tanto no ciclo de alfabetização como nos demais níveis de ensino.

Ao debatermos sobre as contribuições e possibilidades de pensar as políticas curriculares para as escolas do campo, buscamos elementos que possam auxiliar os professores de maneira significativa em sua prática pedagógica, libertando-os das formas impostas pelo currículo. Dentro desses espaços, esses profissionais podem promover a valorização da cultura e dos conhecimentos existentes nesses locais. A ampliação do currículo deve-se considerar elementos como discurso, artefatos culturais, hegemonia, singularidades e especificidades, antagonismo, além de compreender o currículo como prática articulatória e a política como uma entidade conectada à cultura e,

consequentemente, aberta à significação e a diferença (Ramos; Cunha; Santos, 2023).

Dessa forma, vislumbra-se um currículo que atenda as especificidades da Educação do Campo, que não seja preciso trabalhar com um documento que de certa forma negligencie as culturas e os saberes locais desse contexto. É necessário que seus anseios sejam revigorados, permitindo que essa cultura possa se disseminar. Acima de tudo, as pessoas que vivem no campo precisam de respeito e do envolvimento de políticas públicas que lhes assegurem uma educação justa.

As limitações suscitadas neste trabalho anseiam por uma ampliação no currículo escolar, de modo a atender com maior eficácia as particularidades dos sujeitos que vivem no campo. O que se observa atualmente é um currículo formal, que prende as instituições de ensino a uma estrutura curricular rígida e pouco flexível. Nesse sentido, é necessário repensar um currículo que possa atender às necessidades do corpo discente, valorizando suas experiências e conhecimentos locais.

Ao discutirmos o processo de valorização dos discentes no currículo do campo, devemos considerar mecanismos que valorizem suas histórias, tradições e culturas. Que esse resgate histórico possa ser incorporado de alguma forma nos currículos, permitindo uma articulação entre teoria e

prática, tendo em vista que o currículo é considerado pelo professor um guia, como algo linear.

Entre as estratégias de ampliação do currículo para atender a esse público, destacamos a possibilidade de criar unidades de estudo que abordem temas locais, tais como a produção de urucum, a agricultura familiar, agroecologia, dentre outros. Esses tópicos devem dialogar com todas as disciplinas que compõe o currículo de formação e como eles se conectam com a vida contínua da comunidade.

Acreditamos que a inclusão desses elementos no currículo servirá como uma possibilidade para valorizar esses conhecimentos e fazer desses sujeitos seres pertencentes do ambiente em que estão imersos. Nessa perspectiva, para a concretização de uma nova proposta de ensino que atenda as particularidades dos sujeitos que vivem dentro de ambientes campestres, é necessário (re)construir novas percepções sobre o currículo, de modo a estabelecer uma sintonia entre o que é ensinado na escola com a realidade vivenciada pelos estudantes. Isso promove um diálogo permanente entre o conhecimento científico e o conhecimento cotidiano, entre o aprendizado e a possibilidade de um desenvolvimento humano sustentável.

Considerações Finais

Pensar na educação do campo, nos leva a discorrer sobre uma proposta educativa fidedigna, que surge a partir da luta dos sujeitos por meio dos movimentos sociais pelo direito à uma educação de equidade. No entanto, o sentido impresso neste trabalho se reflete na busca pela construção de uma educação que seja do campo, de uma determinada realidade que busque valorizar e incluir os sujeitos e como é caracterizado o currículo voltado para atender esse tipo de educação. Numa perspectiva de fazê-los refletir sobre o quanto esse contexto é importante.

Dessa forma, pela a falta de existência dos movimentos sociais, as lutas, as reivindicações dos indivíduos que faziam parte do meio rural, a educação do campo, enquanto educação rural, esteve esquecida e negligenciada pelas políticas públicas, perdendo seus saberes locais e culturais. Agora, o breve avanço e alcances da educação do campo revela ser fruto de forças que, historicamente, se enfrentam na luta pelo direito a suas terras e pela educação. Esses sujeitos mostram resistência e amor ao local no qual estão inseridos, haja vista que são dignos de respeito e de valorização.

Em virtude disso, ao longo das discussões acerca deste trabalho, percebe-se que o currículo que atende a escola urbana é o mesmo aplicado, de forma inadequada, nas

escolas do campo. Para tanto, as escolas do campo devem pensar na ampliação de um currículo que apresente aspectos da cultura local, saberes e conhecimentos fundamentados nas práticas vividas pelos os povos que residem no campo. Portanto, é de fundamental importância que as escolas do campo assumam suas identidades próprias, mostrando a grande diversidade que existem dentro desses espaços.

O campo precisa estabelecer vínculos com o processo educativo e a realidade das comunidades, adquirindo força e intensidade nas vozes dos movimentos sociais que partilham do ideal por uma educação do campo. Ao mesmo tempo, é necessário buscar a modificação política e social da sociedade por sua percepção equivocada de que os sujeitos do campo não necessitam de condições melhores para permanecerem nesse meio, um tabu imposto por elites rurais que, ao invés de posicionar os sujeitos que vivem no campo como protagonistas, os coloca como subalternos aos seus comandos. Assim, faz-se imprescindível a busca por uma educação onde os indivíduos que coabitam no campo possam refletir seus ideais singulares que aparecem em sua própria localidade.

Desse modo, entende-se que o currículo pensado para escolas do campo deveria ser edificado a partir das identidades dos sujeitos do campo, caracterizados como principais estimuladores das sugestões de educação do

campo e incentivadores de um projeto emancipatório fixo na cultura e na luta pela sua concretização na sociedade. As particularidades dos seres que convivem no campo em seu espaço cultural se deparam com os diversos conhecimentos cotidianos de sua realidade.

Assim, elencamos que a proposta de ampliação curricular voltada para as escolas do campo é indispensável a incorporação das matrizes culturais dos indivíduos camponeses, atuando como uma maneira de contestar a cultura hegemônica que coloca valores urbanos no currículo escolar do campo. Sendo que a cultura hegemônica tem apresentado os conhecimentos e os saberes da cultura popular de maneira pejorativa, imperando um modelo de educação para o campo em que as políticas públicas carreguem seus conceitos e modelos urbanos para o campo. Em suma, é essencial considerar as necessidades das escolas rurais ao construir um currículo, pois a abordagem urbano-campo geralmente não é eficaz devido às diferenças de realidade.

Referências

ARROYO, MIGUEL GONZALEZ; CALDART, ROSELI SALETE; MOLINA, MÔNICA CASTAGNA. (ORGS.). **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. 3. ED. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2008.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO**. BRASÍLIA: MEC, 2002.

CALDART, ROSELI SALETE. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E PROJETO FORMATIVO: QUAL O LUGAR DA DOCÊNCIA POR ÁREA. **LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA EDITORA**, p. 95-121, 2011.

CALDART, ROSELI SALETE. POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAÇOS DE UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO. IN: **POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO: IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**. V.4. BRASÍLIA, 2002, p. 26.

CALDART, ROSELI SALETE. A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO. IN: ARROYO, MIGUEL GONZALEZ; CALDART, ROSELI SALETE; MOLINA, MÔNICA CASTAGNA. (ORG.). **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2004.

CALDART, ROSELI SALETE. SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO. IN: FERNANDES, B. [ET.AL.] SANTOS, C. A. (ORG.). **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMPO – POLÍTICAS PÚBLICAS - EDUCAÇÃO**. BRASÍLIA: INCRA; MDA, 2008.

COSTA, LUCIELIO MARINHO DA; BATISTA, MARIA DO SOCORRO XAVIER. O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRAPONTO ÀS POLÍTICAS CURRICULARES HEGEMÔNICAS. **REVISTA ESPAÇO DO CURRÍCULO**, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021. ISSN1983-1579. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.22478/UFPB.1983-1579.2021V14N2.58081](https://doi.org/10.22478/ufrpb.1983-1579.2021v14n2.58081)

COSTA, LUCINETE GADELHA DA; AIKAWA, MONICA SILVA; CUNHA, INGRID DA SILVA. ENSINO DE CIÊNCIAS UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **REVISTA AMAZÔNICA DE ENSINO DE CIÊNCIAS**, 2014.

Reflexões Sobre o Ensino de Ciências a Partir do Currículo da Educação Básica para as Escolas do Campo

Gessica Macêdo da Silva • Erivanildo Lopes da Silva

CHASSOT, ATTICO. ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA: UMA POSSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO SOCIAL. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, p. 89-100, 2003.

FERNANDES, BERNADO MANÇANO. DIRETRIZES DE UMA CAMINHADA. IN: ARROYO, MIGUEL GONZALEZ; CALDART, ROSELI SALETE; MOLINA, MÔNICA CASTAGNA. (ORG.) *POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO*. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2004.

LIMA, VERÔNICA DOS SANTOS. PRÁTICAS EXITOSAS E CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO EM ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA, ALAGOAS. **REV INTERSEÇÃO**, v. 4, n. 1, p. 113-135, 2023.

MELO, JOSÉ CARLOS. **POR ENTRE AS ÁGUAS DO SERTÃO: CURRÍCULO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DAS ESCOLAS RURAIS DO JALAPÃO**. 2011. 256f. Tese (Tese de Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), São Paulo. 2011.

PAGES, GILSON MARCOS. EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 2011. DISPONÍVEL EM: **EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. (WEBARTIGOS.COM). ACESSO EM: 09 SET.21.

PARAÍSO, MARLUCY ALVES. UM CURRÍCULO ENTRE FORMAS E FORÇAS. **Educação**, [S. L.], v. 38, n. 1, p. 49–58, 2015. DOI: 10.15448/1981-2582.2015.1.18443. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTASELETRONICAS.PUCRS.BR/FACED/ARTICLE/VIEW/18443](https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/18443). ACESSO EM: 15 AGO. 2024.

RAMOS, JÉSSICA ROCHELLY DA SILVA; CUNHA, KÁTIA SILVA; SANTOS, LEONARDO SILVA. POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA AS ESCOLAS DO CAMPO: PENSANDO A ALTERIDADE, DIFERENÇA E OS OUTROS DA E NA POLÍTICA. **Rev. TEIAS**, v. 24, n. 75, p. 124-136, 2023.

SANTOS, APARECIDO LINO DOS. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: DISCURSOS SOBRE CURRÍCULO, IDENTIDADES E CULTURAS**. 2015. 151 f. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, DOURADOS. 2015.

SASSERON, LÚCIA HELENA; CAVALHO, ANNA MARIA PESSOA DE. ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA DESDE AS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL – EM BUSCA DE INDICADORES PARA A VIABILIDADE DA PROPOSTA, **ATAS ELETRÔNICA DO XVII SNEF**. SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, SÃO LUIZ, 2007 p.1- 10.

Reflexões Sobre o Ensino de Ciências a Partir do Currículo da Educação Básica para as Escolas do Campo

Gessica Macêdo da Silva • Erivanildo Lopes da Silva

SASSERON, LÚCIA HELENA; CARVALHO, ANNA MARIA PESSOA DE. ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **REV. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS**, V.16(1), pp.59-77, 2011.

ZEREFINO, VÂNIA MARIA. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS**. 2014.